



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
Circular nº 513/19

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019

Às seções sindicais, secretarias regionais e à(o)s diretora(e)s do ANDES-SN,

Companheiro(a)s,

Encaminhamos o relatório do II Encontro Nacional do ANDES-SN Sobre a Carreira EBTT e o Ensino Básico das Instituições Estaduais de Ensino Superior, realizado nos dias 01, 02 e 03 de novembro de 2019, sediado pelo SINDOIF Seção Sindical, e ocorrido no Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) – Campus Porto Alegre, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul (RS).

Para acessar os slides das apresentações realizadas nas mesas do Encontro, clique [AQUI](#). Sem mais para o momento, renovamos nossas cordiais saudações sindicais e universitárias.

Prof. Roberto Camargos Malcher Kanitz
3º Secretário



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
**RELATÓRIO DO II ENCONTRO NACIONAL DO ANDES-SN SOBRE A
CARREIRA EBTT E O ENSINO BÁSICO DAS INSTITUIÇÕES ESTADUAIS
DE ENSINO SUPERIOR**

Data: 1º, 02 e 03 de novembro de 2019 (sexta, sábado e domingo)

Local: Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) – Campus Porto Alegre, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Presentes

Diretore(a)s do ANDES-SN: Emerson Duarte Monte, Fernando Lacerda, Guinter Tlajja Leipnitz, Luiz Henrique Blume, Maurício Alves da Silva e Raquel Dias Araújo.

Seções Sindicais: Anexo I

INTRODUÇÃO:

Cumprindo deliberação do 38º Congresso do ANDES-SN, realizado em Belém (PA), no período de 28 de janeiro a 02 de fevereiro de 2019, foi promovido nos dias 1º, 02 e 03 de novembro o II Encontro Nacional do ANDES-SN sobre a Carreira EBTT e Ensino Básico das Instituições Estaduais de Ensino Superior, sediado pelo SINDOIF, nas dependências do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), Campus Porto Alegre.

Estiveram presentes treze (13) seções sindicais, com trinta e seis (36) participantes e seis (6) diretore(a)s do ANDES-SN.

O encontro foi realizado em três dias, contando com cinco mesas de debates e um período para os grupos de trabalho.

Para a realização desse encontro, foram convidados para a mesa de abertura o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE), entidade parceira do ANDES-SN e que representa a maior parte da base da carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), o Sindicato dos Técnico-Administrativos da UFRGS, UFCSPA e IFRS (Assufrgs), que integra a base da FASUBRA, bem como o Reitor do IFRS, o professor Júlio Xandro Heck.

O encontro foi filmado e as gravações das mesas de exposição serão editadas para posterior divulgação das apresentações.

- **1º Dia do Encontro – 1º de novembro de 2019:**



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

A mesa de abertura teve início às 14h30 e contou com a presença de Raquel Araújo, 1ª Tesoureira, representando a Diretoria Nacional do ANDES-SN, Guinter Leipnitz pela Secretaria Regional Rio Grande do Sul do ANDES-SN, André Martins pela Diretoria do SINDOIF, Roberto Vieira Jr. pela coordenação do SINASEFE-IFSUL, Marcia Tavares pela coordenação da Assufrgs, e o Júlio Xandro Heck, Reitor do IFRS.

Após a mesa de abertura foi iniciada a primeira mesa de debates do encontro, que ficou assim organizada:

MESA 1 - Autonomia universitária e financiamento

Palestrantes:

Saulo Henrique Souza Silva (Colégio de Aplicação/CODAP - UFS)

Emerson Duarte Monte (UEPA e Diretoria Nacional do ANDES-SN)

Coordenação: Raquel Araújo (Diretoria Nacional do ANDES-SN)

Relatoria da mesa:

O professor Saulo Silva destacou o histórico das universidades e sua relação com a produção do conhecimento e luta pela autonomia, no mundo e no Brasil. A tradição universitária no país é muito recente se comparada a outros lugares, mas já passou por diferentes modelos de concepção. O artigo 207 da Constituição de 1988, referente à autonomia didático-científica e de gestão financeira, expressa uma grande conquista da sociedade brasileira, especialmente do movimento docente, enfatizando-se o papel do acúmulo expresso no Caderno 2 do ANDES-SN, desde sua primeira versão.

O professor Emerson Monte ressaltou que os ataques à autonomia e ao financiamento público da universidade acontecem desde a década de 1980, intensificando-se na década seguinte. No período recente, desde 2015, instituições federais de ensino e grande parte das estaduais vêm sofrendo redução no seu financiamento público. Por fim, enfatizou que as alternativas de resistência a esses e outros ataques passam pela defesa da autonomia universitária, da revogação da Emenda Constitucional nº 95, do fim da Lei Kandir e do sistema de pagamento da dívida pública.

Entre as mesas 1 e 2, houve uma atividade cultural, a apresentação do coral do Projeto Prelúdio (IFRS/Porto Alegre)

MESA 2 - Ponto eletrônico e controle do trabalho docente

Palestrantes:

Marisa Brandão Rocha (CEFET-RJ)

Mauriene Silva de Freitas (UEPB)

Coordenação: Maurício Alves da Silva (Diretoria Nacional do ANDES-SN)

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Relatoria da mesa:

Segundo a professora Marisa Rocha, desde 2016 a ADCEFET-RJ vem denunciando as tentativas de implantação do ponto eletrônico, bem como o assédio moral e sexual no CEFET-RJ.

A primeira tentativa de controle do trabalho docente nas IFES foi no governo FHC, em 1996, através do PUCRCE (plano de carreira) para ser implementado em 6 meses, dividindo duas categorias: docente do magistério superior e Docente da Carreira de Ensino de 1º e 2º graus.

Em 2008, foi criada a carreira de EBTT (Lei nº 11.784/2008), elevando a educação técnica e tecnológica da educação básica e superior, incluindo o Regime de Dedicção Exclusiva e a previsão de realizar ensino, pesquisa e extensão.

A Lei 12.722/2012, o Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal, divide a carreira em magistério superior e magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, definindo as mesmas regras para o regime de trabalho: R.D.E., ensino, pesquisa e extensão.

Há um projeto político para a intensificação do trabalho docente, com o aumento da carga horária de trabalho em sala de aula. A ADCEFET-RJ criou uma cartilha que apresenta os principais problemas do controle de ponto através do ponto eletrônico.

O ex-diretor geral do CEFET-RJ impôs a aplicação do ponto eletrônico, e furtou-se a negociar em conjunto com as categorias docente e de técnico(a)-Administrativo(a)s. Apesar disso, a implantação do ponto eletrônico do(a)s TAE`s foi feita. A ADCEFET-RJ realizou uma campanha de comunicação contra o ponto eletrônico em 2018, com cartazes, cartilha, assembleias, denunciando que já existem muitas formas de controle de trabalho.

A professora Mauriene Freitas tratou da realidade do ensino médio e técnico. A UEPB tem 8 *campi*, e as escolas estão instaladas em dois, a escola Agrotécnica do Cajueiro, em Catulé do Rocha (PB). Essa começou a funcionar em 1952, como escola federal, e posteriormente foi fechada, sendo reinaugurada em 1979, e em 1989 passa a estar sob a gestão da UEPB, processo no qual o(a)s professore(a)s tiveram de escolher entre permanecer na rede estadual ou se integrarem à universidade. Os novos concursos são realizados para o magistério superior. Portanto, as escolas não são da carreira Educação Básica ou Escola de Aplicação. Os professores devem complementar a carga horária com a escola de ensino médio. Nos últimos anos, a UEPB teve redução nominal do orçamento, e isso tem feito com que os concursos não estejam sendo realizados. Isso provocou a saída dos docentes efetivo(a)s da escola rumo à graduação, ou pelo menos houve aumento do(a)s professores da graduação. A Escola Média Técnica do Cajueiro oferece mais vagas que os dois cursos de graduação. O orçamento das escolas é

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior responsabilidade da UEPB, mas essas também recebem recursos advindos da verba para a educação básica, entre esses o que vai para a merenda escolar. Os restaurantes universitários são mantidos majoritariamente pelos recursos da merenda escolar, recebidos pelo MEC, e complementados pela arrecadação da venda da produção agrícola das 2 escolas técnicas. Há um problema de identidade entre a escola técnica e a universidade.

Nas últimas greves docentes, o calendário de reposição das aulas entrou em contradição com o calendário da graduação e pós-graduação, gerando conflitos entre a comunidade escolar, o(a)s docentes da educação básica e o(a)s estudantes.

A planilha de controle de ponto do(a)s docentes é denominada “C3PO”, e a caderneta é preenchida manualmente, fornecidas pela Secretaria de Educação, núcleo regional. Os horários de sala de aula e as demais atividades docentes estão cadastrados na planilha eletrônica, e não permitem cadastrar mais do que 40 horas de atividade.

Apesar de a escola possuir, em tese, autonomia para contratação, não tem um corpo docente próprio, tendo que solicitar aos departamentos da Universidade, professore(a)s para atenderem com a sua carga horária.

- **2º Dia do Encontro – 02 de novembro de 2019**

MESA 3 - Carreira EBTT/CAP e o RSC

Palestrantes:

Renata Flores (UFRJ)

Rosineide Cristina de Freitas (UERJ)

Coordenação: Ginter Tlajja Leipnitz (Diretoria Nacional do ANDES-SN)

Relatoria da mesa:

Para a professora Renata Flores, a concepção de carreira do ANDES-SN é a defesa da qualidade da educação pública que necessitamos. E nesse campo, a defesa do(a)s docentes da educação básica deve ser efetivada. O RCS - Carreira EBTT - não se configurou como uma conquista da categoria, pelo contrário, representa a antítese daquilo que a categoria reivindicava, ou seja, da carreira única, tendo em vista que ela não unificou as carreiras, apenas realizou uma justaposição entre elas ,ao inseri-las na mesma base legal. De imediato, a ampliação do interstício para os EBTT se configurou como um achatamento salarial a médio e longo prazo, tendo em vista que o parâmetro de interstício utilizado no processo de justaposição das carreiras foi o do magistério superior. O RSC é o instrumento de convencimento para a categoria aceitar a nova carreira, contudo implica um rebaixamento salarial em médio prazo. A estrutura do RSC



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior se configura como uma armadilha, também, relacionada aos seus níveis, ou seja, avançar no início da carreira por meio do RSC não possibilita alcançar o final da carreira, tendo em vista que um nível do RSC não garante alcançar o nível seguinte. Há uma concepção de negação da formação continuada aos docentes da educação básica, que conduz ao processo de desqualificação da formação docente para esse nível de ensino, e para estes é suficiente o reconhecimento de saberes e competências. A conclusão a que se chega é que a nova carreira, fundamentada no RSC, materializa a ampliação da precarização do trabalho docente da carreira EBTT.

Na carreira EBTT, tem-se "Docentes que formam docentes que são expropriado(a)s de desenvolver a sua formação por meio da pós-graduação".

Para a professora Rosineide Freitas: o lugar dos que atuam no CAPE, ou nos colégios de aplicação, configura-se como uma estrutura para garantir a formação de professore(a)s do ponto de vista do processo de evolução da carreira em direção ao projeto de carreira única, construído pelo ANDES-SN historicamente. Para realizar esse debate é necessário pensar a agenda de lutas a partir dos eixos e princípios da carreira única. Após esse debate, foram apresentada as IFES e IEES que possuem colégios/escolas de aplicação e as suas respectivas formas de estruturação da carreira.

MESA 4 - “Future-se” e o impacto para o(a)s professore(a)s EBTT/CAP e a contrarreforma da educação estadual e municipal

Palestrantes:

Raquel Dias Araújo (UECE e Diretoria Nacional do ANDES-SN)

Rúbia Vogt (UFRGS)

Coordenação: Luiz Henrique Blume (Diretoria Nacional do ANDES-SN)

Relatoria da mesa:

A professora Raquel Araújo fez sua fala sobre o programa “Future-se” na “versão 1” proposta pelo Governo federal e abordou sobre os ataques à educação e contra a Ciência & Tecnologia, principalmente na educação federal, e que tende a avançar para a educação estadual e municipal, propondo modificar 17 leis, com mudanças na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), na carreira etc..

A professora Rúbia Vogt trabalhou sua exposição sobre a “nova” versão do “Future-se”, tratando das mudanças propostas pelo governo a partir da versão inicial. Destacou a reforma do ensino médio, que foi apresentada como Lei e que teve um prazo curto para discussão. No ensino médio, o RSC para conclusão do curso; no ensino técnico, o notório saber.

MESA 5 – Ensino domiciliar e militarização das escolas

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Palestrantes:

Luíza Colombo (Colégio Pedro II/RJ)

Fernando Lacerda (UFG e Diretoria Nacional do ANDES-SN)

Coordenação: Gustavo Miranda (Secretaria Regional Rio Grande do Sul do ANDES-SN)

Relatoria da mesa:

Para o professor Fernando Lacerda, o projeto de militarização das escolas é parte de um processo mais amplo de militarização da vida social, expresso na intensificação da presença dos militares no trato da questão social, como as UPP, por exemplo, o extermínio do povo negro, o crescimento do complexo prisional etc. O militarismo sempre foi parte da acumulação do capital e, na fase imperialista, o componente militar vai se tornando cada vez mais importante. Com a crise dos anos 1970, o capital atingiu seus limites, diminuindo a produção genuinamente humana e realizando cada vez mais a auto-reprodução destrutiva da natureza e da força de trabalho.

Como o tema da militarização vem se manifestando na vida social atualmente? Com a crescente intervenção do judiciário, a ampliação do sistema penitenciário, a expansão da segurança privada etc. A militarização das escolas com a transferência da gestão para as Forças Armadas se insere nesse contexto, sob a justificativa de combate à violência escolar, expressando uma concepção de que a escola serve para manter a ordem e a disciplina e para combater a evasão. Destaca-se a ideia de que a escola cumpre um papel de disciplinamento, principalmente da classe trabalhadora. A primeira escola militarizada em Goiás foi criada para formar militares, sendo, depois, ampliada para filhos dos militares, em 1998. Em 2001, o governo estadual criou um Projeto de Lei (PL) que autorizou a transferência de recursos para as escolas militares, como forma de quebrar a resistência frente a sua implantação, impondo uma diferenciação entre as escolas militares e as demais. O processo de privatização, com cobrança de taxas e venda de uniformes, recebeu um reforço do Supremo Tribunal Federal (STF), ao dar um parecer favorável a essas cobranças. Em janeiro, o governo Bolsonaro editou o Decreto nº 9.665/19, que criou a Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares. Em setembro, apresentou o Decreto nº 10.004/19, que instituiu o Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares – Pecim. O governo federal também realizou uma Emenda Constitucional – EC 101, de 3 de julho de 2019 – acrescentando o § 3º ao Art. nº 42 da Constituição Federal, para estender à(o)s militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios o direito à acumulação de cargos públicos prevista no Art. nº 37, inciso XVI. Estabeleceu, ainda, a meta de criar 216 novas escolas nesse formato até 2022. As consequências vislumbradas são: implantação de uma gestão militar por sujeitos que não conhecem a realidade local das novas unidades cívico-militares, e com o método de

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
escola de gestores por meio de indicações, sem transparência e controle social nessas; privatização de serviços com vendas de uniformes; disciplinamento dos corpos; formação de acordo direto com os interesses do mercado. Assim, a luta contra militarização deve ser associada à defesa da escola pública e gratuita.

Para a professora Luiza Colombo, o surgimento e desenvolvimento dos projetos conservadores, como a militarização das escolas e a educação domiciliar se situam no contexto de crise do capital e da crise de hegemonia das frações de classe burguesa, que intensificam a sua forma de atuar através dos aparelhos de hegemonia e de coerção, visando intensificar as formas de dominação.

Os *think tanks* (tanques de pensamento, **tradução nossa**) têm como principal objetivo transformar os interesses do mercado em interesses públicos. Nessa disputa de ideias no campo do capital, duas grandes frentes começam a colidir desde 2008, uma frente social liberal (TPE) e uma frente liberal ultraconservadora (ESP). Essa última se relaciona com o movimento transnacional Atlas *Network*, com a criação em âmbito nacional da rede Liberdade, *Students for Liberty* - o eEstudantes pela Liberdade, movimento expresso pelo Movimento Brasil Livre (MBL) (para aglutinar os grupos surgidos em 2013). Mais de 50% do(a)s estudantes formado(a)s pelo *Students for Liberty* são do Brasil, sob os princípios da predominância do indivíduo sobre o Estado; da liberdade absoluta do mercado; da defesa irrestrita da propriedade privada e, masi especificamente na educação, o princípio norteador é o direito individual de aprender de acordo dos preceitos ideológicos, religiosos, morais etc. da família e dos pais; a privatização das redes em todos os níveis, feita pelo sistema de *voucher* (gestão passa para a iniciativa privada). Dessa forma, se não tem uma escola que dê conta disso, então, pode fazer isso via *homeschooling*. Se não tem condições de fazer a formação em casa, então, tem a escola militarizada. No caso das escolas militarizadas, a justificativa seria a diminuição dos casos de violência escolar. A proposta de educação domiciliar, por sua vez, está em processo de tramitação por meio do PL nº 2.401. Em 2008, o STF julgou que para esse modelo não havia Lei ou regulamentação e que ele feria a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Com a regulamentação, o Estado deixaria de cumprir o princípio da proteção da criança porque essa estaria apenas sob os cuidados da família, sendo o Estado responsável apenas pela certificação. Quanto a isso, lembra que 70% dos casos de violência sexual ocorrem dentro do ambiente familiar. Em 2019, foi criada a Frente Parlamentar em Defesa do *Homeschooling*, composta por 272 parlamentares. O projeto/movimento Escola sem Partido é o elo articulador dessas organizações conservadoras.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
3º Dia do Encontro – 03 de novembro de 2019

Grupos de discussão

A manhã do 3º dia foi reservada para a discussão dos seguintes temas: 1) Carreira e controle do trabalho docente; 2) Autonomia e liberdade de cátedra; 3) *Future-se* e os impactos na educação básica.

Tendo os(as) participantes se dividido entre os grupos, cada grupo ficou responsável por debater um dos temas e socializar o acúmulo no momento final do encontro.

Ao fim das discussões grupos, realizou-se a socialização do acúmulo alcançado em cada um, além da construção de encaminhamentos para subsidiarem novas discussões, e possíveis Textos de Resolução e Apoio para os próximos eventos deliberativos do ANDES-SN.

Um dos principais encaminhamentos foi a indicação da realização de uma terceira edição do encontro, tendo a ASPUV se oferecido para sediar o mesmo.

Os encaminhamentos encontram-se anexos a este relatório (**Anexo II**).



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ANEXO I

PRESENTES:

Dia 1º de novembro de 2019

Turno tarde

Diretores(as): Emerson Duarte Monte, Ginter Tlajja Leipnitz, Luiz Henrique Blume, Maurício Alves da Silva e Raquel Dias Araújo.

Seções sindicais: **ADUFRJ** (Renata L. B. Flores, Ulisses Dias da Silva) **Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS** (Robert Ponge, Rita de Cássia Cavalcante, Rúbia Vogt), **ADUFPA** (Ailton Lima Miranda), **SINDOIF** (André Rosa Martins, Daniela Fávero, Mannuela Fiokiet, Marcos de Aguiar, Mário San Segundo), **APESJF** (Jalon de Moraes Vieira), **ASPUV** (Allain Oliveira), **ADUFF** (Ana Cristina Fernandes, Isabella Pedroso, Kate Lane, Sérgio Aboud), **ADUFES** (Alessandra Cypriano, Bernardete Gomes, Fernanda Chiote, Luciana Soares), **ADUNICAMP** (Edson dos Santos), **ADUFS** (Saulo Henrique Souza Silva), **ADUFU** (Solange Bretas), **ADUFPB** (Cristiano Bonneau, Marino de Almeida Neto), **ADUEPB** (Mauriene Silva de Freitas), **SINDCEFET-MG** (Aniel da Costa Lima, Antônio Arapiraca, Suzana Lima), **ADCEFET-RJ** (Marisa Brandão), **APROFURG** (Gustavo B. Miranda), **ASDUERJ** (Rosineide Freitas).

Entidades convidadas: **Assufrgs** (Marcia Tavares), **SINASEFE** (Elisângela Pires, Gilberto Pedroso, Jussara Pereira, Lúcia Gouvêa, Ricardo Nogueira, Roberto Vieira Jr.), **Reitoria IFRS** (Júlio Xandro Heck)

Outros(as): **ADUFRGS** (Ioli Wirth, Simone Kapusta), **Assessoria Jurídica Regional-RS ANDES-SN** (Pedro Henrique Cunha, Tiago G. Schneider), **Imprensa ANDES-SN** (Luciana Sendyk), **estudantes IFRS** (Carolina Antonelli, Mônica Nunes)

Turno noite

Diretores(as): Emerson Duarte Monte, Ginter Tlajja Leipnitz, Luiz Henrique Blume, Maurício Alves da Silva e Raquel Dias Araújo.

Seções sindicais: **SINDOIF** (Adriana Peixoto, Alessandra Cypriano, André Martins, Cleiton Oliveira, Daniela Fávero, Jaqueline Cunha, Juliana Batista, Manuela Fiokiet,

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Marcos Aguiar, Mário San Segundo, Adriana Pancotto), **ADUFES** (Alessandra Cypriano, Bernardete Miam, Fernanda Chiote, Luciana Soares), **ADUFPA** (Ailton Lima Miranda), **APESJF** (Jalon de Moraes Vieira), **SINDCEFET-MG** (Antônio Arapiraca, Aniel da Costa Lima, Suzana Lima), **ASDUERJ** (Rosineide Freitas), **ADUNICAMP** (Edson Santos), **ADUFPB** (Marino Almeida Neto e Cristiano Bonneau), **ADUFU** (Solange Bretas), **ADUFF** (Ana Cristina Fernandes, Isabella Pedroso, Kate Lane, Sergio Aboud e Carlos Augusto Aguilar Júnior), **ASPUV** (Allain Oliveira), **ADUFRJ** (Renata Flores, Ulisses Dias), **ADUEPB** (Mauriene Freitas), **ADUFPB** (Cristiano Bonneau), **Seção ANDES UFRGS** (Rita Cavalcante), **APROFURG** (Gustavo Miranda)

Entidades convidadas: **SINASEFE** (Elisângela Pires, Gilberto Pedroso, Jussara Pereira, Ricardo Nogueira, Roberto Vieira Jr.)

Outros(as): **Assessoria Jurídica Regional-RS ANDES-SN** (Pablo de Castro, Pedro Henrique Cunha, Tiago G. Schneider), **Imprensa ANDES-SN** (Luciana Sendyk)

Dia 02 de novembro de 2019

Turno manhã

Diretores(as): Emerson Duarte Monte, Ginter Tlajja Leipnitz, Luiz Henrique Blume, Maurício Alves da Silva e Raquel Dias Araújo.

Seções sindicais: **APROFURG** (Gustavo Miranda), **ASPUV** (Allain Oliveira), **ASDUERJ** (Rosineide Freitas), **ADUFRJ** (Renata Flores, Ulisses Dias), **ADUNICAMP** (Edson Santos), **SINDOIF** (André Martins, Andréia Meinerz, Cleiton Oliveira, Fladimir Williges, Gabriel Berute, Juliana Batista, Manuela Fiokert, Mário San Segundo, Neide Demickei, Wagner da Silva), **ADUEPB** (Mauriene de Freitas), **ADUFU** (Solange Bretas), **ADUFES** (Alessandra Cypriano, Bernardete Miam, Fernanda Chiote, Luciana Soares), **ADCEFET-RJ** (Marisa Brandão), **APESJF** (Jalon Vieira), **ADUFF** (Ana Cristina Fernandes, Carlos Augusto Aguilar Júnior, Isabella Pedroso, Sergio Aboud), **SINDCEFET-MG** (Aniel da Costa Lima, Antonio Arapiraca, Suzana Lima), **ADUFPB** (Cristiano Bonneau, Marino de Almeida), **Seção ANDES UFRGS** (Rafael Cortes), **ADUFPA** (Ailton Miranda)

Outros(as): **Assessoria Jurídica Regional-RS ANDES-SN** (Guilherme Monteiro), **Imprensa ANDES-SN** (Luciana Sendyk)

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
Turno tarde

Diretores(as): Fernando Lacerda, Ginter Tlajja Leipnitz, Luiz Henrique Blume, Maurício Alves da Silva e Raquel Dias Araújo.

Seções sindicais: **ADUEPB** (Mauriene de Freitas), **ADUFF** (Carlos Aguilar Jr.) **SINDOIF** (Andréia Meinerz, André Martins, Cleiton Oliveira, Daniela Fávero, Gabriel Berute, Jaqueline Cunha, Juliana Botto, Manuela Finokiet, Marcos Aguiar, Mário San Segundo), **APROFURG** (Gustavo Miranda), **ADUFES** (Alessandra Cypriano, Bernardete Miam, Fernanda Chiote, Luciana Soares), **ADUFU** (Solange Bretas), **ADUFPA** (Ailton Miranda), **APESJF** (Jalon Vieira), **ADUFF** (Ana Cristina Fernandes, Isabella Pedroso, Sérgio Aboud), **ADUNICAMP** (Edson Santos), **ASPUV** (Allain Oliveira), **Seção ANDES UFRGS** (Elizabeth Búrigo, Rita Cavalcante), **SINDCEFET-MG** (Aniel da Costa Lima, Suzana Lima), **ADUFPB** (Cristiano Bonneau, Marino de Almeida), **ADCEFET-RJ** (Marisa Brandão)

Outros(as): **Assessoria Jurídica Regional-RS ANDES-SN** (Guilherme Monteiro), **Imprensa ANDES-SN** (Luciana Sendyk)

Turno noite

Diretores(as): Fernando Lacerda, Ginter Tlajja Leipnitz, Luiz Henrique Blume, Maurício Alves da Silva e Raquel Dias Araújo.

Seções sindicais: **ADUEPB** (Mauriene de Freitas), **ADUFF** (Carlos Aguilar Jr.) **SINDOIF** (Andréia Meinerz, André Martins, Cleiton Oliveira, Juliana Batista, Manuela Fiokiet), **APROFURG** (Gustavo Miranda), **ASDUERJ** (Rosineide Freitas), **ADUFES** (Alessandra Cypriano, Bernardete Miam, Fernanda Chiote, Luciana Soares), **APESJF** (Jalon Vieira), **ADUFF** (Isabella Pedroso, Sérgio Aboud), **ADUNICAMP** (Edson Santos), **ASPUV** (Allain Oliveira), **Seção ANDES UFRGS** (Rita Cavalcante), **SINDCEFET-MG** (Aniel da Costa Lima, Suzana Lima), **ADCEFET-RJ** (Marisa Brandão), **ADUFRJ** (Ulisses Dias)

Dia 03 de novembro de 2019

Turno manhã

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
Diretores(as): Ginter Tlajja Leipnitz, Luiz Henrique Blume, Maurício Alves da Silva e Raquel Dias Araújo.

Seções sindicais: **ADUFRJ** (Ulisses Dias), **ADUNICAMP** (Edson Santos), **SINDOIF** (André Martins, Cleiton Oliveira, Daniela Fávero, Manuela Fiokiet, Mário San Segundo), **ADUFPA** (Ailton Miranda), **ADUFES** (Alessandra Cypriano, Bernardete Miam, Fernanda Chiote, Suzana Soares), **ASPUV** (Allain Oliveira), **APROFURG** (Gustavo Miranda), **ADUFF** (Ana Cristina Fernandes, Carlos Aguilár Jr, Isabella Pedroso, Sérgio Aboud), **APESJF** (Jalon Vieira), **ASDUERJ** (Rosineide Freitas)



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ANEXO II

Encaminhamentos dos grupos de discussão:

Grupo 1 - Carreira e controle do trabalho docente

- Indicar às seções sindicais, na próxima reunião dos setores, a realização de assembleias e campanhas de mobilização em relação à reforma administrativa, a ser apresentada pelo governo federal;
- Fortalecer a articulação com os sindicatos de servidore(a)s público(a)s e com a sociedade;
- Consultar a Assessoria Jurídica Nacional quanto à regulamentação da aposentadoria especial e o exercício em sala de aula, além de verificar a possibilidade da disputa jurídica;
- Valorização da autonomia das instituições para promover as progressões;
- Lutar pela valorização da educação básica e equiparação à carreira do magistério superior das IEES/IMES;
- Mesa de discussão com o SINASEFE para discutir a carreira única docente;
- Articular junto ao Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por direitos e liberdades democráticas;
- Combater a “naturalização” de propostas gerencialistas, mercantilistas, privatizantes e de empreendedorismo, como valores no serviço público;
- Realizar um mapeamento das unidades universitárias de educação infantil cujos EBTTs atuam, e articulação com a ANUUFEEI (Associação Nacional das unidades Universitárias Federais de Educação Infantil), propondo encontros nacionais para debater o tema;
- Colocar-se contra qualquer tipo de controle do trabalho docente;
- Pautar no âmbito do GTPE a discussão sobre o FUNDEB.

Recomendações:

- Fazer um levantamento das carreiras docentes das IEES/IMES;
- Ampliar o diálogo com a CNTE com vistas à construção da pauta da educação.

Grupo 2 -Autonomia Universitária e Liberdade de Cátedra

- Propor ao ANDES-SN que o termo “Liberdade de cátedra” deveria ser substituído por autonomia pedagógica ou por “liberdade de ensinar”;
- Articular ações conjuntas com o SINASEFE;
- Propor ao SINASEFE um Encontro sobre Educação básica, técnica e tecnologia;
- Realizar o III Encontro do ANDES-SN EBTT e Educação Básica das IEES-IMES;

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

- Proponentes de local para sediar o III Encontro: UF Viçosa - ASPUV (ou) ADUFES;
- Realizar um levantamento das diferentes condições de trabalho e suas especificidades sobre o fazer docente das carreiras EBTT e da Educação básica das IEES/IMES;
- Incluir no Plano de Lutas dos setores IFES e IEES/IMES a construção desse levantamento, incluindo os setores das IFES, IEES/IMES, GT Carreira e Verbas, GTPE e GTSSA;
- Que as seções sindicais se debruçam em promover discussões com a base tendo como referência a “cartilha de combate ao racismo”;
- Devemos promover a inclusão do(a)s novo(a)s docentes nos processos de formação e sobre as pautas do sindicato.

Grupo 3: Future-se e os impactos na educação básica nas IFES e IEES-IMES

- Avançar no debate do financiamento da assistência e permanência estudantil;
- Intensificar a discussão sobre a carreira EBTT e suas especificidades, visando a construção da carreira única;
- Analisar os possíveis impactos do “*Future-se*” nos colégios de aplicação, unidades de educação infantil, IF e CEFET, e no âmbito da categoria e da comunidade externa;
- Lutar pela expansão da educação básica - Nenhuma matrícula a menos na educação básica nas IF;
- Aprofundar, no âmbito jurídico, a discussão sobre o item “contrato de desempenho”, que foi incorporado à segunda versão do “*Future-se*”;
- Que o GT Verbas monitore a matriz CONDICAP e promova estudos se os CAP se encontram na matriz ANDIFES.